

## **Da Higiene Mental do Trabalho à Saúde Mental do Trabalhador: uma leitura da produção discursiva no Brasil (1925-1995)**

Mental Health and Labor: the brazilian discursive production (1925-1995)

Alexandre Magno Teixeira de Carvalho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO

---

### **RESUMO:**

Neste artigo, apresenta-se um ponto de vista histórico-crítico a respeito do processo de produção de discurso sobre as relações entre Saúde Mental e Trabalho no Brasil (SMT) entre as décadas de 1920 e 1990. Foram selecionados para o trabalho de revisão artigos de periódicos correntes e não-correntes, dissertações de mestrado e doutorado, livros e outras publicações, cobrindo o período de 1925 a 1995. Partindo-se do pressuposto da centralidade da categoria trabalho e elegendo-se a relação capital x trabalho como eixo de análise, três matrizes discursivas foram denominadas: Higiene Mental do Trabalho (HMT), Psicologia Industrial e Organizacional (PIO) e Saúde Mental do Trabalhador (SM do T). Pontos de contato e relações de descontinuidade entre as três referências discursivas - o que permaneceu, o que se perdeu ou foi superado e o que se transformou no tempo.

**Palavras-chave:** saúde mental e trabalho; história; produção discursiva no Brasil.

---

### **ABSTRACT:**

This paper explores the brazilian discursive production about the relations between mental health and human labor, since 1925 until 1995. The revision work includes periodical articles current and non-current, masters and doctoral dissertations, books and other publications. In this way, the discourse was analyzed within a critical and historical perspective. The centrality of work category and importance of capital-labor ratio are presumed. Historical context, subject, objectives, theory basis, conceptual elements and social-political project were the main analytical categories. three discursive matrices were called: Mental Hygiene of Labor, Industrial and Organizational Psychology and Worker's Mental Health.

**Key-words:** Mental Health and Labor; history; the brazilian discursive production.

---

### **Advertência metodológica**

*“Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo”*

Karl Marx

(MARX e ENGELS, 1996: 128)

Este trabalho é um estudo de revisão<sup>1</sup>, de caráter sintético. Não se pretendeu realizar um guia de fontes completo, ampouco esgotar todas as possibilidades de análise: se este trabalho fornecer algumas pistas para pesquisadores e estudantes em geral já terá cumprido um de seus objetivos<sup>2</sup>. Não se trata, portanto, de uma análise exaustiva de todas as categorias, conceitos e formações teóricas. Ao contrário, se assemelha mais a um vôo de reconhecimento de campo – que, pensado no âmbito da relação dialética capital-trabalho, é sempre um "campo de batalha" histórico<sup>3</sup>.

Cabe salientar que, no mundo real, as tendências discursivas apontadas raramente aparecem em "forma pura". Há sempre a possibilidade de haver, nas práticas cotidianas, elementos de uma ou outra tendência discursiva se atravessando ou mesmo se misturando. A riqueza e a densidade da realidade concreta e das vivências das lutas, que não raro desafiam racionalizações, é o ponto-limite de qualquer tentativa de classificação.

Entende-se o discurso como produção social. O discurso científico, ao contrário do que alguns ainda insistem em afirmar, não paira acima das relações sociais. Ao contrário, é somente no interior das relações sociais de produção que um discurso científico pode ser entendido em profundidade e até mesmo "julgado". Neste texto, o "trabalho", pensado nas suas dimensões ontológica e histórica, é a categoria-chave. Como atividade que funda o mundo dos homens, o trabalho é pensado como "fundador do ser social" (MARX, 1968; ENGELS, 2004; LUKÁCS, 2010)<sup>4</sup>. É preciso também deixar claro que, no contexto do debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, a opção teórica do autor é aquela sintetizada por Antunes (1995), Badaró Mattos (s/d) e Organista (2006). Portanto, considera-se que os processos de fragmentação do mercado de trabalho e da classe trabalhadora (tornada bastante heterogênea e dividida) são efeitos da chamada "reestruturação produtiva" do capital (pós-crise da década de 1970 na Europa e final da década de 1980 no Brasil) e que o "trabalho" continua a ser uma categoria sociológica central. Assim sendo, recusa-se, por exemplo, as leituras de Offe (1989) e Gorz (2003)<sup>5</sup>. Concorda-se com Hobsbawn (1998:

133) quando diz que “os fatores não econômicos não podem ser divorciados dos fatores econômicos (...) separá-los é abandonar a análise histórica”. Desse ponto de vista, ‘analisar’ (apesar da etimologia da palavra) um discurso não é apenas decompô-lo em partes, em estruturas invariantes ou examinar seus componentes atômicos, sua sintaxe e sua semântica. Analisar um discurso é tentar compreender historicamente as forças que participam de sua criação, construção, produção e reprodução; é tentar entendê-lo em movimento, para além das palavras que, apenas em aparência, se mostram imóveis no corpo do texto.

### **Justificativa – ou, por que isso foi escrito?**

*“A civilização capitalista chegou ao outono da sua existência”*  
Immanuel Wallerstein  
(WALLERSTEIN, 2001: 121)

O debate sobre as questões que envolvem a Saúde Mental e o Trabalho é sempre estratégico, pois as forças do capital (produtivo e financeiro) promovem continuamente mudanças nas formas de organização da economia e gestão do trabalho. Essas "transformações", apesar de superficiais e sem efeito na base do sistema econômico, geram sofrimento para os trabalhadores e impacto nas formas de embate entre capital e trabalho em nosso país (CARLEIAL & VALLE, 1997).

Reestruturação produtiva do capital, fragmentação do mundo do trabalho e subordinação dos Estados periféricos e semiperiféricos (WALLERSTEIN, 2001; SANTOS, 2000) a políticas de ajuste econômico determinadas por conglomerados econômicos de gestão “internacional”: já em meados da década de 1980, a lógica e as estratégias do mercado globalizado impunham aos Estados Nacionais uma “quebra de soberania” (IANNI, 1997; SANTOS, 1997). Nos dias de hoje, a precarização do trabalho é um dos sinais mais lúgubres e evidentes da crise estrutural do sistema capitalista. Mészáros (2003), de forma contundente<sup>6</sup>, alerta para os perigos a se enfrentar na atual fase do “imperialismo hegemônico global”: desemprego estrutural e precarização crescente do trabalho, destruição ecológica generalizada, genocídios, abolição da solidariedade de classe e conseqüente perda dos sentidos e significados humanos e sociais.

Em nosso país, não se avançou seriamente em relação aos problemas da concentração de renda e da desconcentração e redistribuição fundiária (BOITO JR, 2003; SABOURIN, 2007). O aumento da precarização do trabalho e da violência

urbana<sup>7</sup>, associados à investida na quebra de garantias trabalhistas historicamente conquistadas<sup>8</sup> e no enfraquecimento dos espaços de representação dos trabalhadores, é uma face visível da crise negada. Para Boito Jr. (2003), "a orientação neoliberal do governo Lula abriu uma crise na esquerda brasileira. Para superar essa crise, será preciso reconstruir, não apenas o telhado, mas todo edifício do movimento operário e popular".

Considerando que o discurso não é apenas *representação* de lutas ou de dominações, mas também *algo* 'por que' e 'através do que' se luta, entender as diferentes lógicas discursivas em dimensão histórica e política (RODRIGUES, 1997) é fundamental para aqueles que pretendem pensar e encontrar respostas para os mais diversos problemas que se apresentam quando o que está em jogo são as complexas relações entre trabalho, sofrimento psíquico e realização do ser na sociedade contemporânea. Parafraseando o filósofo francês (DELEUZE, 1992: 176), "escreve-se sempre para dar a vida", para liberar a vida e o trabalho aí onde estão aprisionados.

Espera-se que este texto possa ao menos (e mais) contribuir para novas indagações, tanto no âmbito das investigações em Saúde Mental e Trabalho e da reflexão histórico-filosófica, quanto na dimensão da luta da classe trabalhadora pela transformação, na raiz, das relações sociais de produção. Foi na história que o ser humano forjou as formas do trabalho dominado. É, pois, na história, que poderá mudá-las.

### **Higiene Mental do Trabalho: um discurso a serviço do Capital**

No Brasil, foi somente na década de 1920, quando a Higiene Mental passou a ditar os rumos dos programas psiquiátricos (COSTA, 1976), que o tema do psiquismo do indivíduo trabalhador se constituiu como preocupação da medicina mental (CARVALHO, 1999a, 2010; REIS, 1994). Até então, o mundo do trabalho parecia não representar um tema de muita relevância para os psiquiatras brasileiros.

Carlos Penafiel<sup>9</sup>, em 1925, foi um dos primeiros a se preocupar com a intervenção da Higiene Mental no mundo do Trabalho. Para este autor, o objetivo maior da Higiene Mental do Trabalho (cujo desenvolvimento seria uma consequência "natural" do encontro entre a Psiquiatria e a "Hygiene Publica") era, em nome da produtividade, "collocar methodicamente a experiencia technica, medico-psychologica, a serviço do Commercio e da Industria moderna" (PENAFIEL, 1925: 13). Foi, portanto,

nessa perspectiva e com esse compromisso de classe social, em um contexto de industrialização ainda incipiente, que a psiquiatria passou a focar, no Brasil, os aspectos psíquicos da força de trabalho (CARVALHO, 2010). A meta (ideal) dos "neuro-higienistas" era operar uma normalização (FOUCAULT, 1987) eficaz visando à produção de trabalhadores hígidos do ponto de vista mental, produtivos e conformados, isto é, com o máximo de força de trabalho e o mínimo de força política: operários fortes e dóceis<sup>10</sup>.

A principal estratégia discursiva era deslocar o eixo da discussão, encerrando no domínio das ciências médica e psicológica questões relativas ao processo de produção do capital e de reprodução do metabolismo social. Ou seja, problemas coletivos, de luta política e da ordem da luta de classes, eram reduzidos às dimensões individual e psíquica. Construía-se, assim, uma forma de enunciação que encontrava nos conceitos de desequilíbrio ou doença mental, inaptidão e inadaptação suas principais categorias explicativas. As "receitas" para resolução dos "problemas" eram intervenções de ordem médico-psiquiátrica e de orientação e seleção profissional. Há uma passagem, bem ilustrativa, que "define" os "tipos de operários": "a) o typo feliz, perfeitamente ajustado ao meio e com excelente capacidade de trabalho; b) o typo "medio", cujas deficiências adaptativas se traduzem por inquietação e sentimento de infelicidade; c) o typo "claudicante" ou falho, que acaba pela doença, ou pela rebeldia" (LOPES, 1930: 257).

A fadiga e o esgotamento das energias nervosas ou físicas do operário eram entendidos como distúrbios individuais, sempre relacionados à personalidade do indivíduo. Caberia à Higiene Mental o controle e a reparação eficaz do desgaste (mental) da força de trabalho. A importância dos "offícios insalubres" e das más condições de vida como causas de debilidade orgânica, adoecimento e morte dos operários era minimizada ou, tal qual na maioria dos textos, estrategicamente ignorada - assim como era ignorado o caráter histórico das relações sociais. O modo de produção da economia (as condições em que se dá a produção social) era um dado apriorístico e inquestionável. Processo de trabalho e organização do trabalho e suas relações com a saúde/subjetividade dos operários, portanto, não existiam como objeto de estudo do campo que envolvia psiquismo e trabalho em sua formação inicial. O objeto era, claramente, uma suposta personalidade individual, abstrata, sem nenhuma conexão com a história: próprio de "uma formação social em que o processo de produção domina o homem e não o homem o processo de produção" (MARX, 1968: 90) e de forma bem coerente à "consciência burguesa" que considera o "trabalho produtivo" (aquele que

produz mais valia) uma "necessidade natural".

A partir de meados da década de 1930, o discurso sofreu modificações de superfície, talvez como reflexo de um predomínio cada vez mais acentuado, no âmbito discursivo, da dimensão tecnológico-científica sobre a dimensão da moral e da política. Os textos passaram a abordar especificidades das técnicas de orientação e seleção profissionais. Enfatizava-se a dimensão da “psychotechnica”, seu objeto de estudo e sua metodologia. Houve um forte investimento em estudos pormenorizados das funções psicomotoras, sensoriais, cognitivas e intelectuais do operário. Estava em curso uma sofisticada produção conceitual que tendia a tornar o campo cada vez mais especializado, onde somente o homem de ciência poderia penetrar. Estavam sendo aprimorados dispositivos discursivos e práticos que facilitavam o deslocamento de questões complexas do mundo do trabalho para o domínio específico da tecnologia científica psicológica. Aos poucos, foi sendo desenvolvida uma rede de significação cada vez mais distante do universo lingüístico e de compreensão do homem comum, trabalhador. Os textos de M<sup>a</sup> Brasília Leme Lopes, por exemplo, eram repletos de cálculos, equações, tabelas e gráficos bastante complexos, de tal forma que somente o especialista poderia apreender-lhes o sentido. A abstração do discurso moral foi sendo substituída por uma abstração "cientificista", configurando uma mudança de superfície que não arranhava os fundamentos do discurso. Os artigos de Caldas (1932), Leme Lopes (1932a, 1932b, 1933) e Lopes (1931) representavam bem essa tendência discursiva.

Foi somente a partir do final da década de 1930 e do início da década seguinte, período em que o capitalismo viveu uma de suas crises mais dramáticas (ascensão do nazismo e do fascismo na Europa e II Guerra Mundial), que a HMT passou a focar a especificidade de diferentes categorias profissionais<sup>11</sup>. É o que se pode verificar, por exemplo, nos textos de Camargo (1941), Lima Filho (1944), Paternostro (1944) e Sá Pires (1944), que estudaram, respectivamente, a “incidência das doenças mentais no magistério”; a seleção de pessoal para o “tráfego telefônico”; a incidência dos “distúrbios mentais” nos ferroviários e a “psiconeurose” enquanto moléstia profissional dos bancários. Nota-se, no entanto, que se continuava a tratar, essencialmente, da manutenção da ordem social e econômica por meio de um processo de vigilância e de seleção da força de trabalho. Segundo Lima Filho:

*Parece-nos vantajosa a organização de uma entidade técnica, sob orientação da Liga Brasileira de Higiene Mental, para registrar e cuidar de todos êsses*

*elementos recusados como indesejáveis, não somente na indústria telefônica, que os há recusados em todos os ramos da atividade humana, e que por intermédio dessa entidade técnica talvez pudessem ser transformados de peso morto em cooperadores da família, da sociedade e da pátria. (LIMA FILHO, 1944: 36- 37).*

Nas palavras de Cavalcanti,

*É imprescindível a higiene mental do trabalho, o estudo sistematizado do homem e do seu meio, as suas reações ao meio tumultuoso e atordoante em que trabalha, a filtragem do bom elemento mental, a avaliação de sua capacidade de resistência (...) São os pezares e as preocupações que dão as grandes estatísticas de desorganizados mentais, de esgotados, neurastênicos e psicastênicos. A organização científica do trabalho não poderá ser perfeita sem a assistência profilática do sistema nervoso do trabalhador. A higiene mental seleciona, valoriza e faz de indivíduos fracassados momentâneos ótimos trabalhadores (CAVALCANTI, 1944: 40).*

Embora permanecesse em alta a idéia de que a grande solução era apenas “colocar o indivíduo no lugar que lhe compete” (CAVALCANTI, 1944: 39), ia ficando cada vez mais difícil manter na invisibilidade as “fôrças exteriores” que debilitavam o indivíduo no mundo do trabalho. O discurso tangenciava a contradição, mas insistia no psicologismo individualista. Paternostro<sup>12</sup>, em conferência realizada em julho de 1944, arriscava um vôo mais longo e chegava a tangenciar a “atmosfera social” do pauperismo, seus efeitos psicológicos e relações com a “distribuição da riqueza”. Todavia, provavelmente evitando um compromisso maior com a classe trabalhadora, propunha: “Não se infira daí uma relação causal entre a doença mental e fatores econômicos sociais, mas apenas a sua correlação” (PATERNOSTRO, 1944: 52). No mesmo texto, Paternostro chegou a insinuar a importância das contribuições de Marx e Freud para a discussão. No entanto, evitava estrategicamente essa perspectiva de leitura: “Não me cabe aqui nenhuma incursão nesse domínio, por isso abstenho-me de qualquer síntese do materialismo dialético e da psicanálise” (PATERNOSTRO, 1944: 52).

O eixo discursivo que considerava a vida social e econômica como “coisas da vida”; como fatos "naturais", independentes da história, permanecia vivo. Segundo o Dr. Carlos Augusto Lopes, “o que se deve fazer é procurar adaptar-se às condições reais e objetivas da vida, exatamente como esta se apresenta” (LOPES, 1944: 70).

Em suma, no Brasil, o discurso científico envolvendo as relações entre psiquismo e trabalho inicia-se na década de 1920, sob forte influência do pensamento higienista de inspiração eugênica. A Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada em

1923, impulsionou e difundiu, durante cerca de vinte anos, um discurso que subordinava a dimensão do trabalho à dimensão "técnica, medico-psicológica" – favorecendo também, nesse período, a difusão da psicologia experimental no Brasil pela via do "Recrutamento e Seleção". A Higiene Mental do Trabalho constituiu-se como referência discursiva hegemônica, como discurso da "elite intelectual" que freqüentava a Liga Brasileira de Higiene Mental. O "elemento psíquico" no trabalho humano era o objeto de investigação; objeto que se apresentava como dado *a priori* e de dimensão individual. Seus objetivos eram: recrutar, selecionar, orientar, treinar e adestrar o trabalhador. "Adaptar o homem ao trabalho" era palavra de ordem. O arsenal teórico-técnico da Psicologia e da Psiquiatria era investido na melhoria e no desenvolvimento da produtividade industrial. Sob a justificativa de se prevenir e resolver as "inaptações" dos trabalhadores ao trabalho (na sua forma capitalista), tratava-se de suavizar e dissimular as coerções embutidas nas formas de gerenciar e estruturar a organização do trabalho. Todo conflito no mundo do trabalho era interpretado como resultante de "perturbação mental" ou "morbidade nervosa" de trabalhadores inadaptados. Os movimentos coletivos de insubordinação, organizados ou não, eram sistematicamente interpretados em termos de psicologia individual, onde o insubordinado era "transformado" em "psicopata" – alguém que sofria de patologia mental – ou em "desequilibrado", potencialmente doente. Nesse contexto, a "saúde mental" era reconhecida apenas como parte dos insumos necessários ao incremento da produtividade, à expansão e à acumulação capitalista. A "conducta" correta era um construto ideal adaptativo. "Saúde mental", naquele momento, não significava um campo de saberes e práticas, mas sim um estado ou condição mental supostamente passível de se produzir (e reproduzir) 'mecanicamente' pelo método disciplinar. Para Fontenelle, inspetor do Departamento Nacional de Saúde Pública e membro da LBHM,

*O raciocínio justo e deliberação correcta podem desenvolver-se pelos mesmos processos que aperfeiçoam a dextreza manual (automatizando as boas normas de conducta) (...) A mentalidade desenvolvida correctamente, e actuando por meio de reacções convenientes, traduz-se no comportamento mais adequado ao ajustamento do indivíduo ao meio físico e social, exibindo o que se póde chamar a saúde mental (FONTENELLE, 1925: 3).*

Na década de 1920, era clara a referência ao trabalho como fim; ao papel da HM na construção de uma sociedade do trabalho subordinado ao capital. A partir de meados da década de 1930 o discurso foi relativamente suavizado, talvez como reflexo de um

predomínio cada vez mais acentuado da dimensão da ciência e da tecnologia sobre a da política no plano discursivo. Os conceitos de “saúde mental” e de “higiene mental”, com frequência, apareciam de forma complementar, o primeiro como *condição* ótima a ser preservada e (re)produzida e o segundo como *meio* ideal para sua consecução.

As finalidades sociais eram a produção, reprodução e controle da força de trabalho e a atenuação dos conflitos sociais que se agravavam em função da contradição histórica entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção.

### **Psicologia Industrial e Organizacional: sofisticação discursiva e técnica**

O que estamos chamando, genericamente, de Psicologia Industrial e Organizacional (PIO) engloba toda uma produção de discurso que, apesar de poder aparecer sob diferentes denominações (Psicologia do Trabalho, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psiquiatria Ocupacional, Relações Humanas no Trabalho e na Empresa etc.) e de apresentar pequenas variações no que diz respeito ao “objeto” construído, conserva certa regularidade discursiva e convergência em relação ao objetivo, finalidade social, compromisso ético-político, alvo das ações, bases teóricas e elementos discursivos.

Para Mendes e Dias (1991), o modelo da Saúde Ocupacional evoluiu da Medicina do Trabalho, sem dela se separar nos planos epistemológico, ético e político. Segundo essa concepção, o surgimento da Saúde Ocupacional, no contexto do pós-guerra, atendia a uma necessidade histórica de desenvolvimento acelerado das tecnologias médicas de intervenção no mundo do trabalho. Esse desenvolvimento trouxe novas preocupações e levou à ampliação da noção de objeto da Medicina do Trabalho. Surgia a concepção de multidisciplinaridade e de atuação multiprofissional. Com a construção da noção de ambiente, não mais seria possível agir somente sobre o corpo do indivíduo trabalhador, nem agir isoladamente: diferentes disciplinas (engenharia, ergonomia, medicina, psiquiatria, psicologia etc.) investiram o seu olhar (cada qual com seu arsenal específico de saberes e práticas) sobre o trabalhador e sobre o ambiente de trabalho. Foi nessas condições que emergiu e se desenvolveu o discurso da PIO, que está para o discurso da Saúde Ocupacional assim como o discurso da HMT está para o da Medicina do Trabalho.

O “progresso industrial” foi o grande *leitmotiv* para o desenvolvimento da psicologia como disciplina científica em nosso país. O texto de Lourenço Filho (1971a), *Orientação em um país latino-americano em rápida industrialização: Brasil*<sup>13</sup>, é

ilustrativo desse processo. Subordinada aos interesses do capital, a psicologia foi se afirmando como ciência e passou a produzir dispositivos discursivos e práticos que incrementavam a sua afirmação e legitimação científica. Segundo Bergamini (1972: 17),

*é notável o crescente interesse das empresas brasileiras na procura de novas técnicas especializadas em avaliação, desenvolvimento, adaptação e compensação de seus recursos humanos (...) Essas aspirações dos homens de empresas estão vitalizando o desenvolvimento da área mais nova de especialização da Psicologia, aquela que diz respeito aos aspectos psicológicos da organização empresarial.*

Nesse sentido, no Brasil, reproduzia-se, com algumas especificidades, um discurso em curso na Europa e nos Estados Unidos da América.

Após a II Guerra Mundial, no Brasil, o que estamos chamando genericamente de PIO começou a estabelecer-se como território especial de pesquisas e de intervenções. Em 1947 fundou-se, no Rio de Janeiro, dentro da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP). Para Pierre Weil, era um momento capital: “Oito de agosto de 1947, talvez seja a data mais importante na história da Psicologia Industrial no Brasil” (WEIL, 1972: 9).

Em 1949, Mira y López, então diretor do ISOP, organizou a publicação dos “Arquivos Brasileiros de Psicotécnica”. Esse periódico representa bem o discurso produzido pela PIO, no Brasil, desde o final dos anos 1940 até o final da década de 1960. Pode-se dizer que os “Arquivos Brasileiros de Psicotécnica” foram tão importantes para a Psicologia Industrial como os “Archivos Brasileiros de Higiene Mental” o foram para a Higiene Mental do Trabalho. A partir de 1969, os “Arquivos Brasileiros de Psicotécnica” foram denominados “Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada”, *“acompanhando as transformações metodológicas que levaram – em nível nacional e internacional – a se compreender a intrínseca ambigüidade e inadequação do termo psicotécnica”* (SEMINÉRIO, 1972: 3). Criou-se, então, uma nova divisão temática, por áreas, para a revista. Os artigos envolvendo as relações entre psiquismo e trabalho passaram a ser encontrados em diferentes seções: “Psicologia do Trabalho”, “Psicologia Social”, “Psicologia Educacional”, “Psicometria e estatística” e “Testes diversos”. A partir de 1978, houve nova divisão e veio se somar às anteriores a área de “Análise experimental do comportamento”. A área antes denominada “Testes diversos” recebeu o nome mais preciso de “Técnicas projetivas e expressivas” e surgiu a área temática “Ergonomia e cibernética”. Desde 1979, o título passou a ser “Arquivos

Brasileiros de Psicologia”<sup>14</sup>. Este último, um periódico corrente, trata hoje de temas diversos da Psicologia, sem privilegiar as relações entre psiquismo e trabalho.

Pesquisando nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica de 1949 a 1969, nota-se que não há qualquer referência ao termo “Saúde Mental e Trabalho”, sendo os trabalhos rotulados sob duas grandes denominações: “Psicologia do Trabalho” e “Orientação Profissional”. Sob a denominação de Psicologia do Trabalho, encontram-se os seguintes subtítulos: “análises profissiográficas”, “grupos profissionais-pesquisas”, “seleção”, “reabilitação-readaptação” e “prevenção dos Acidentes”. Destacam-se os artigos de Adrados (1957, 1958, 1961); Alves (1954); Alvim (1954); Angelini (1954); Araújo (1968); Arruda (1959); Baez Sampaio (1962); Baumgarten (1953); Bonfim (1953, 1958); Campos (1969); Carvalhaes (1960); Carvalho Gomes (1958); Dannemann (1968); Franchi (1957); Freitas (1969); Junqueira (1957); Mello Ribeiro (1965); Mira y López (1963); Rodrigues (1968); Silveira Pontual (1952); Suchanek (1954); Weil (1953) E Winicki (1968). Era marcante, nesse período, a influência da psicologia experimental e comportamental norte-americana e da psicofisiologia<sup>15</sup> (LOURENÇO FILHO, 1971b).

Também foi grande, no período, o número de pesquisas e artigos voltados à formação de quadros de “chefia” e “gerenciais”. Freitas (1969) se referia ao “nível de aspiração” como um dos mais importantes componentes psicológicos do “ajustamento profissional”. Isso estava associado ao grande desenvolvimento do capitalismo – e, obviamente, do setor terciário da economia – que se deu no período em nosso país, como nos confirma Weil (1972).

Deve-se também destacar a influência da Escola das Relações Humanas, de Elton Mayo<sup>16</sup> (1959). O chamado “Movimento das Relações Humanas”, que teve seu auge nos EUA na década de 1950, enfatizava a “importância dos fenômenos psicossociais de relacionamento humano para o desempenho das pessoas (...) nas situações organizacionais e de trabalho” e punha em evidência “aspectos psicossociais na determinação do rendimento do fator humano no trabalho” (HESKETH, 1979: 121).

O conceito de “fator humano”, no contexto discursivo da PIO, é até hoje usado para designar aspectos do comportamento humano no trabalho. A Escola de Relações Humanas produziu a idéia de fator humano como “recursos humanos” a serem explorados. Nos estudos sobre acidentes de trabalho, adquire uma dimensão negativa e aparece associado à idéia de falha ou erro cometido pelo trabalhador (CAMPOS, 1978a, 1978b; DEJOURS, 1997).

No que diz respeito aos objetivos, ao objeto e à relação sujeito-objeto de investigação, a tônica geral desses textos é essencialmente a mesma que caracteriza a produção discursiva desde os anos 1920<sup>17</sup>. Referindo-se às funções do psicólogo na empresa, Bergamini (1972: 17) sustenta que ele deve “assegurar condições cientificamente favoráveis ao ajustamento do homem (...) e a partir do estudo de condições físicas ambientais, atingir o assessoramento das grandes linhas das políticas empresariais”. Lourenço Filho<sup>18</sup> (1969, 1971) também era claro quanto à clientela e finalidade social: o papel do ISOP era desenvolver “importantes trabalhos de pesquisa, destinados, em especial, a atender a grandes setores da organização do trabalho no Brasil” (LOURENÇO FILHO, 1969: 8)<sup>19</sup>.

Refletindo uma tendência iniciada nos anos 1930, houve desenvolvimento acentuado de dispositivos técnicos (como testes psicológicos, por exemplo) e valorização das discussões teórico-metodológicas – o que conferia mais cientificidade e, conseqüentemente, mais legitimidade, aos estudos e discursos. Os textos de Adrados (1969, 1970, 1975), Augras (1971), Campos (1969), Stopa & Jorge (1978) e Stephanek (1979) são exemplares.

A partir de sua terceira década de existência, o ISOP passou a compreender um centro de ensino em nível de pós-graduação e quatro centros de pesquisa, a saber: Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Sociométricas, destinado à “adaptação e padronização de testes importados do exterior e à criação de testes e modelos instrumentais e originais para nossa comunidade” (ISOP, 1978: 310); Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas Aplicadas à Educação, com a finalidade de investigar “tudo que concorra para melhor preparo do homem para o trabalho” (ISOP, 1978: 309); Centro de Informação e Pesquisa Ocupacional, “destinado a efetuar o cadastro profissiográfico das ocupações existentes” (ISOP, 1978: 310) e Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas Aplicadas ao Trabalho, destinado a investigar “tudo que envolva a melhor adaptação do homem ao trabalho” (ISOP, 1978: 309).

Dos anos 1970 para cá, foi notável o desenvolvimento técnico-discursivo da propriamente dita “Psicologia Organizacional”, tendo ampliado sua área de alcance no mundo do trabalho: ao saber voltado para recrutamento, seleção e orientação profissionais some-se todo um investimento em treinamento, avaliação, desenvolvimento e gestão de pessoal, organização do trabalho<sup>20</sup>, ergonomia<sup>21</sup> (BERGAMINI, 1972; BERGAMINI, 1987; URETA, 1975; MALUF, 1978;

BATITUCCI, 1978; SEMINÉRIO, 1976) etc. Comunicação e informação (HESKETH, 1977b; STEPHANEK, 1971) se tornaram, também, conceitos e ferramentas essenciais<sup>22</sup>.

Este desenvolvimento acompanha a expansão do capitalismo e as mudanças no processo produtivo e de organização da Economia, incluindo, mais recentemente, o processo de reestruturação produtiva e a crescente hegemonia do capital financeiro e especulativo sobre o produtivo. Nessa sintonia, a PIO multiplica e sofisticada seus conceitos e dispositivos de controle com a mesma facilidade com que uma criança navega na Internet – ao mesmo tempo em que os transforma em ferramentas que só fazem sentido para o *expert*. Há cerca de quarenta anos, Leonel Caraciki, que trabalhava para a SHELL do Brasil, previa: “haverá, no futuro, ainda maior necessidade de usarmos todas as possibilidades de diversificação da capacitação dos psicólogos, para atender a possíveis demandas criadas por crescente grau de sofisticação das aplicações psicológicas nas empresas” (CARACIKI, 1972: 26).

Fluidez, flexibilidade, formação contínua (BERGAMINI, 1972 e 1987; GRISCI, 1999) e competitividade se tornaram palavras-chave para a gestão do trabalho na era da reestruturação produtiva do capital. Desenvolveu-se todo um novo discurso psicológico sobre o absenteísmo e a rotatividade de pessoal, a gestão de pessoal. A PIO cumpre seu papel aprimorando os mecanismos de recrutamento, seleção e treinamento e gerenciando as crises e os “índices de satisfação no trabalho”, como nos mostram os textos, bem atuais, de Grisci (1999) e Tractenberg (1999).

A “organização” é vista como um corpo complexo (não somente como metáfora), como referência para o mundo empresarial e para a atuação da PIO. Trata-se, estrategicamente, de conjurar conflitos de interesses de classe pela “incorporação”, pelo “*empowerment*”: uma nuvem conceitual encobre a existência dos pólos do capital e do trabalho e todo esforço passa a ser o de atingir os chamados “objetivos” ou “metas” organizacionais. O psicólogo organizacional, como profissional de treinamento, deve, prioritariamente, “criar estratégias para que as metas organizacionais sejam alcançadas” (UnB/CESPE, 2000). O texto de Bergamini, do início da década de 1970, é bem atual: “a ação do psicólogo visa o verdadeiro ajustamento do homem consigo mesmo, com o grupo social em que desenvolve suas atividades de trabalho e com as circunstâncias ambientais que o envolvem, buscando alcançar a *produtividade* como (...) necessária consequência desse *ajustamento* e *auto-realização*” (BERGAMINI, 1972: 17, grifos meus).

Ordens (“de cima para baixo”) e reivindicações (“de baixo para cima”) passam a receber importância secundária num contexto discursivo que articula “clima”, “cultura” e “saúde organizacional”. Entre os efeitos práticos dessa mediação, destaca-se a tentativa de produção de um controle fino, de aparência não despótica: constrói-se a idéia de “desaparecimento” dos personagens de tipo “opressor” e “oprimido” e se cria uma espécie de espaço “transcendente”, lugar de uma contraditória<sup>23</sup> cooperação em função dos objetivos e das metas (a “organização”). Cabe ao técnico *psi*, nessa perspectiva, atuar na produção de um “bom” clima organizacional (HESKETH, 1977a, 1977b) para tentar “contornar” as contradições, intervindo na cultura organizacional sem, porém, transformá-la.

Se a palavra “poder” era sumariamente ignorada pela HMT, já pode aparecer na expressão “relações de poder na organização”: só que na condição de construto dominado (com sua violência controlada), nos limites de um espaço organizacional restrito, na concepção de um espaço de “grupos” hierarquizados (GALPER, 1978). Os problemas de poder eram reduzidos a “estilos negativos de direção”, “conflitos intergrupais e interpessoais” e “relacionamento interpessoal deficiente” (CARICIKI, 1972). As “relações de poder”, nessa perspectiva, aparecem como um entrave à competitividade e ao desempenho organizacional. As dinâmicas de grupo podem ser usadas como instrumentos para identificar e deter indivíduos que, por serem incapazes de lidar de forma “saudável” com a competição, extrapolam no exercício do poder. O conceito de “relações humanas” ganha sentido mais amplo à medida que a relação indivíduo-contexto organizacional vai sendo construída como objeto de estudo e intervenção.

Programas de saúde e de qualidade de vida fazem parte do discurso mais moderno da PIO. Todavia, são conceitos construídos e manejados dentro dos limites da própria organização: a abstrata cultura organizacional e o clima de conflito e competição entre grupos são apontados, em qualquer manual moderno de PIO, como os principais obstáculos para sua consecução. Se a competição é o combustível do desenvolvimento organizacional, pressupõe-se o quão paradoxal seria implantar e desenvolver efetivos programas de saúde e qualidade de vida no âmbito das empresas. Esses programas, não raro, convertem-se em dispositivos atenuadores da tensão, em controladores do chamado estresse ocupacional<sup>24</sup>.

Um aspecto requer atenção especial do leitor-pesquisador: é o cuidado na leitura

de textos com alto grau de plasticidade, chamados aqui de textos “camaleônicos” ou miméticos. Não são raros e aparecem sob a rubrica “Saúde mental e trabalho” e utilizam conceitos construídos no âmbito da Saúde Mental do Trabalhador, mas não guardam identidade com essa referência discursiva no que tange aos objetivos, finalidade social e compromisso ético ou de classe social. São produzidos por intelectuais ou técnicos que lançam mão de sofisticado e contemporâneo ferramental conceitual para atender aos objetivos organizacionais e empresariais. O resultado é um discurso inconsistente, mas de aparência complexa. Tractenberg (1999), por exemplo, mistura Dejours, Japiassú e Morin com textos de consultores e de administradores de empresas; mistura teoria do caos, complexidade, princípio da incerteza de Heisenberg e abordagem holística com reestruturação competitiva, “endomarketing” do Recurso Humano, habilidades relacionais e fator humano na organização e insere, à força, a noção de paradigma (KUHN, 1994) no mundo dos negócios. O texto de Grisci (1999) também é exemplar: “A questão, hoje, (...) não é só treinamento. É preparar para a mudança, colocar os sujeitos numa compreensão de que as coisas mudam, e prepará-los para as escolhas, prepará-los para defrontarem-se constantemente com o novo, uma vez que a única constante parece ser a inconstância”. E mais: “Diante destas possibilidades, pensa-se que modos de subjetivar caracterizados por pressão e medo possam vir a ser aliviados nos processos de gestão e nos processos de execução no cotidiano organizacional com nítida repercussão à saúde do trabalhador, aqui entendida como algo que extrapola a ausência de doença” (GRISCI, 1999: 10). Este último período, especialmente, demonstra o uso de conceitos como “modos de subjetivação” e “saúde do trabalhador” deslocados de seu sentido histórico-crítico. Esse tipo de discurso é representativo de como certas palavras podem ser descontextualizadas e usadas indiscriminadamente para os mais diferentes propósitos quando não se faz uma análise histórica e política de sua produção. No âmbito da Saúde Mental e Trabalho, esse risco se torna mais sério se a categoria trabalho é confundida com “emprego” e alienada das dimensões histórica e ontológica ou deslocada do centro do debate.

### **Saúde Mental do Trabalhador: uma crítica aos modelos burgueses**

Em 1994, Seligmann-Silva (1994: 50-51) designava por “Saúde Mental do Trabalho”<sup>25</sup> um campo de estudos interdisciplinar que tem como objeto central “a inter-relação entre o trabalho e os processos saúde/doença cuja dinâmica se inscreve mais marcadamente nos fenômenos mentais” e que se caracteriza “tanto pelo enriquecimento

dos eixos de análise quanto pela fixação de uma perspectiva em que as finalidades das investigações assumem diretrizes éticas”.

No presente artigo, optou-se pela expressão Saúde Mental do Trabalhador<sup>26</sup> por três motivos: 1) por considerar que o problema central dessa formação discursiva é relacionar trabalho e subjetividade na dimensão das relações sociais de produção; 2) para demarcar um discurso que afirma um compromisso com a classe trabalhadora e 3) para diferenciar de Saúde Mental e Trabalho (SMT) enquanto formação discursiva abrangente que envolve discursos em confronto, atualmente representados pelas referências da PIO e da SM do Trabalhador.

Para alguns autores (ALESSI, 1989; SELIGMANN SILVA, 1990; SOUZA, 1992; NEVES, 1995), foi somente no final dos anos 1970 e início dos 1980 que a relação trabalho e saúde mental emergiu como um novo campo de estudos no Brasil (também refletindo uma tendência internacional), a partir do momento em que os processos de trabalho e as transformações tecnológicas e organizacionais do mundo do trabalho passaram a ser vistas como fontes geradoras de fadiga e tensão e tratadas como objeto de investigação. O recurso ao materialismo dialético constituiu-se numa importante transformação metodológica para a compreensão das relações entre processo saúde-doença mental e processo de trabalho, visando à apreensão dos determinantes psicoafetivos, socioculturais e político-econômicos inerentes ao processo de trabalho e de seus efeitos na saúde dos trabalhadores.

Entre 1981 e 1983, Edith Seligmann-Silva coordenou a pesquisa *Condições de vida e de trabalho em suas repercussões sobre a saúde mental de trabalhadores industriais*, com trabalhadores siderúrgicos em Cubatão/SP. As categorias “condições de vida” e “condições de trabalho” aparecem como categorias centrais. Foi um dos primeiros estudos envolvendo a relação saúde mental/trabalho a afirmar um compromisso ético com a classe trabalhadora, entre tantos voltados aos interesses industriais e empresariais. Do mesmo período, pode-se também citar a dissertação de Pedro Gabriel Delgado, *Mal-estar na indústria: contribuição ao estudo das relações entre saúde mental e condições de trabalho* (1983).

Alguns autores, sem a intenção de fundar um campo específico, mas preocupados com as relações entre Saúde e Trabalho, tangenciaram questões pertinentes aos debates em Saúde Mental do Trabalhador. É o caso de Leite Lopes (1978), Pereira (1979), Beltrão (1979), Costa (1979), Santos (1985), Fischer (1980) E Grossi (1981),

entre outros. Os trabalhos de Gueiros Souza (1980) e de Duarte (1982; 1986) são exemplos de estudos antropológicos que, usando a categoria de “doenças dos nervos” exploram as relações entre sofrimento, trabalho e condições de vida do ponto de vista da classe trabalhadora.

Em nosso país, as idéias desenvolvidas pela Escola de Dejours<sup>27</sup> encontraram espaço crescente no meio acadêmico, sendo notável a sua influência na produção de artigos, dissertações e teses que, a partir da década de 1990, passaram a focar o “sofrimento psíquico” e suas relações com as formas de organização do trabalho. Os trabalhos de Seligmann-Silva (1987), Sato (1991), Rego (1993), Pitta (1994), Silva (1994), Jardim (1994), Silva et al. (1995), Borges (1995) e Palácios (1995) são exemplos desse processo. São estudos que mostram preocupação com “a dinâmica mais abrangente que se refere à gênese e às transformações do sofrimento mental vinculadas à organização do trabalho” (SELIGMANN-SILVA, 1994b: 14). Nessa referência, os conceitos de “carga psíquica” e de “estratégias defensivas” assumem papel de destaque nos estudos sobre o “sofrimento” no trabalho e as “defesas” contra o adoecimento (DEJOURS, 1992, 1994a e 1994b; DEJOURS & ABDOUCHELI, 1994). Essa concepção teórica se desenvolveu como tentativa de superação dos obstáculos epistemológicos colocados pelas concepções médico-psiquiátricas hegemônicas. Sendo assim, para investigar as relações trabalho-saúde mental, fez-se uma primeira ruptura em relação aos modelos médico-psiquiátricos clássicos que somente se operacionalizavam com “a condição de terem cortado previamente o indivíduo ou o sujeito do referencial social-histórico no qual ele está inscrito” (DEJOURS, 1994b: 47-48). Para isso, passou-se a considerar, dentro do trabalho, aquilo que o especifica como “relação social”, evidenciando a dimensão organizacional e aí tentando articular um modelo de funcionamento psíquico que possibilite a criação de um lugar teórico específico para a interface singular-coletivo. Uma segunda ruptura, suplementar, diz respeito à psicopatologia tradicional. Não mais se tratava, segundo Dejours, de estudar as doenças mentais, mas de se definir um campo de investigação psicopatológico da normalidade; o que, segundo o próprio autor, poder-se-ia designar como “psicopatologia da normalidade”.

Pode-se, todavia, questionar a extensão das rupturas epistemológicas anunciadas pela Psicodinâmica do Trabalho. Apesar de sua rica produção conceitual e da construção de um novo objeto (a relação prazer-sofrimento-organização do trabalho), a idéia de “doença” – e, no caso mais específico, a mental – continua a ocupar o lugar de

categoria referencial de análise, ainda que implicitamente. Ou seja, apesar de recorrer aos conceitos de prazer, sofrimento e normalidade<sup>28</sup> e de anunciar o seu afastamento do estudo das “doenças mentais”, esse modelo não consegue escapar da armadilha teórica que coloca o fenômeno psicopatológico ou mórbido no lugar de revelador da “essência” das relações e dos processos complexos que envolvem trabalho concreto e abstrato (MARX, 1968), alienação-estranhamento [*Entäuberung-Entfremdung*] (MARX, 2010) e subjetividade. Pode-se dizer que este é um problema complexo do ponto de vista teórico-metodológico que ameaça o desenvolvimento dos estudos em SM do T. Negá-lo, ou considerá-lo de menor importância, poderá implicar na construção de simplificações e reificações<sup>29</sup>.

No início da década de 1980 o Brasil ainda vivia em regime ditatorial militar (1964-85) e as forças progressistas da sociedade resistiam e tentavam se reconstruir após os chamados “anos de chumbo” (1968-74). Em 1982, houve eleições diretas para governador (suspensas desde 1966 pelo AI-3) e, na seqüência, um grande movimento (“Diretas Já! O Povo quer votar!”) reivindicava eleições diretas para presidente da República. O movimento sindical renascia das cinzas com as grandes mobilizações dos metalúrgicos do ABC Paulista, nasciam o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>30</sup>. Ao mesmo tempo, já se faziam sentir em nosso país os ventos neoliberais europeus. Os efeitos da crise global do capital (HOBSBAWM, 1995: 393-420) anunciavam o fim do “Welfare State” e impunham à classe trabalhadora condições de vida e trabalho cada vez mais duras.

Foi nesse contexto que psicólogos sociais de orientação epistemológica marxista começaram a levantar questões metodológicas “em busca de uma ciência comprometida com a transformação social” (LANE e SAWAIA, 1995: 7). Nesse período, os textos de Psicologia que questionavam a dimensão da subjetividade no mundo do trabalho apareciam sob a rubrica “Psicologia Social” (LANE, 1981; LANE e SAWAIA, 1995) ou mesmo “Psicologia Social Comunitária” – que, para Sawaia (1995: 157), era um dos “raros eixos teórico-metodológicos orientado, explicitamente, por pressupostos éticos, práxis científica comprometida com a emancipação humana”. É desse período a criação da Equipe de Psicologia Sócio-Histórica da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUCSP e a divulgação da chamada “psicologia sócio-histórica” (BOCK e GONÇALVES, 2009; BOCK, GONÇALVES E FURTADO, 2011).

Em 1988, na USP, um grupo de pesquisadores iniciou a pesquisa “Projeto saúde

mental e trabalho: uma abordagem psicossocial”, em conexão com a equipe do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador (LABORAL), de São Leopoldo (RS). Tomando o “trabalho” como categoria central de análise<sup>31</sup>, Codo e seus colaboradores (1993) recusaram os modelos interpretativos desenvolvidos no âmbito das relações entre saúde mental e trabalho que se pretendiam aplicações restritas da psicologia ou da psiquiatria. Criticando as abordagens psicopatológicas, puseram em questão todo o arcabouço teórico disponível para explicar o processo saúde/doença mental no mundo do trabalho – problematizando, inclusive, o estatuto privilegiado e “naturalizado” da categoria “doença mental”. Recorrendo às categorias processo de produção, processo de trabalho, alienação e trabalho concreto e abstrato, fizeram uma clara opção teórico-metodológica fundada em Marx. Condições de existência, consciência, subjetividade, afeto e sofrimento foram pensados do ponto de vista materialista-dialético. Dessa maneira, argumentaram que “a vida dos homens sem dúvida não se reduz ao trabalho, mas também não pode ser compreendida na sua ausência. Onde quer que estejam as causas do sofrimento dos humanos, estarão em suas próprias vidas” (CODO et al., 1993: 63). Evitando as referências teórico-metodológicas historicamente comprometidas com a sobrevalorização do capital no estudo das relações entre saúde mental e trabalho, o trabalho dos autores é um exemplo de eixo de pesquisa que ética e politicamente privilegia os interesses da classe trabalhadora. Problematizando as relações entre processo de trabalho e construção da subjetividade e distinguindo com clareza trabalho concreto de trabalho abstrato, aponta para as potências da relação social trabalho: atividade que produz alienação, estranhamento, sofrimento psíquico, adoecimento e morte em larga escala (formas históricas dos modos de produção baseados na exploração do homem pelo homem) *versus* trabalho através do qual o ser humano pode realizar sua máxima potência (dimensão ontológica do ser social).

### **À guisa de conclusão**

*“(...) inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades”*

Michel Foucault

(FOUCAULT, 1996: 8)

Pode-se constatar o crescimento das correntes de investigação que se colocam a serviço da classe trabalhadora. No entanto, negar a permanência de referências vinculadas à sobrevalorização do capital no estudo das relações entre saúde mental e trabalho seria negar a histórica contradição entre capital e trabalho. Atualmente, o discurso da HMT é considerado superado. O discurso da PIO, porém, ocupou seu lugar e é a referência em termos de submissão a interesses empresariais; é o que impera no espaço e no tempo das empresas, no universo prático de intervenção da psicologia e da psiquiatria no mundo da forma histórica capitalista do trabalho. Nos lugares da 'ciência', principalmente em universidades e instituições de pesquisa públicas, tende a ser mais forte o discurso da SM do T. Esse discurso é mais aceito (por motivos óbvios, na lógica da luta de classes) no âmbito de partidos políticos de esquerda e dos movimentos sociais, sobretudo o sindical (CARVALHO, 1999b).

Pode-se dizer – no que tange às dimensões do objeto, das referências teórico-conceituais, dos objetivos imediatos e do compromisso de classe social – que não chega a haver ruptura ou descontinuidade entre os discursos HMT e PIO, mas tão somente "desenvolvimento".

O discurso da SM do T, por sua vez, representa uma ruptura (descontinuidade) em relação aos anteriores: em relação à HMT e a PIO, realiza os mesmos deslocamentos éticos, políticos e epistemológicos que a Saúde do Trabalhador em relação aos modelos da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional (MENDES e DIAS, 1991). Desse ponto de vista, o "objeto pesquisado" é, antes de tudo, sujeito histórico e epistemológico, que faz sentido em ação no tempo e no espaço ('em relação') e não como objeto passivo ou reificado. A subjetividade é pensada na história, em perspectiva dialética: os processos de subjetivação não são divorciados do desenvolvimento das forças produtivas e das relações [sociais] de produção, mas de forma a contribuir para alargar e aprofundar a concepção de "consciência de classe" (LUKÁCS, 2003). Supera-se o uso das categorias doença e sintoma como construtos referenciais de análise (SANTOS & CARVALHO, 2000). A categoria trabalho é central, bem como as categorias que a dialética histórica apresenta (processo de produção, produção de mais-valia, trabalho concreto e trabalho abstrato, alienação etc.).

Nesse contexto de produção teórica, os estudos que consideram a subjetividade em dimensão social, histórica e política se contrapõem aos modelos de base médico-psicológica com fins unicamente organizacionais. Do ponto de vista histórico e

dialético, trata-se mesmo de contraposição ou luta e não de evolução linear ou progresso, uma vez que os discursos da PIO e da SM do T não podem ser, a rigor, colocados no mesmo plano epistemológico, histórico e político; muito menos pensados no horizonte de um hipotético “consenso” paradigmático de comunidades científicas (KUHN, 1994) ou de "cooperação", mas sim de lutas e contradições.

### Referências

- ADRADOS, Isabel, 1957. Os chefes através do psicodiagnóstico Miocinético e do teste de Rorschach. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 9(1/2/3): 117-122.
- ADRADOS, Isabel, 1958. El servicio psicotecnico en la Empresa. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 10(4): 71-72.
- ADRADOS, Isabel, 1961. Estudo de um caso de candidato a chefia. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 13(2): 29-38.
- ADRADOS, Isabel, 1969. Avaliação do nível de aspiração mediante o teste de Rorschach. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 21(3): 99-105.
- ADRADOS, Isabel, 1970. Resposta de claro e escuro no Rorschach e nível de aspiração. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 22(3): 87-101.
- ADRADOS, Isabel, 1975. O psicodiagnóstico na avaliação de recursos humanos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 27(2): 56-70.
- AFONSO, José Batista, 2011. A reforma agrária no governo Lula – parte I. Impactos da mineração no sul e sudeste do Pará. (<http://mineracaosudesteparaense.wordpress.com/2011/02/15/areforma-agraria-no-governo-lula-parte-i/>, em 30 de maio de 2011).
- ALESSI, N. P., 1989. Saúde Mental e Trabalho: algumas considerações da área. *Medicina Ribeirão Preto*, 22(1/2): 05-10.
- ALVES, I. S., 1954. Pesquisa de resistência à monotonia: uma prova de atenção auditiva. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 3(3): 57-68.
- ALVIM, E. F., 1954. Aplicação do PMK na seleção de candidatos à Escola de Enfermagem. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 6(2): 23-28.
- ANGELINI, A. L., 1954. Resultados experimentais sobre fenômenos intra-seriais na aprendizagem. Possíveis relações com a Psicologia do Trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 6(1): 29-42.
- ANTUNES, Ricardo, 1995. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do Trabalho*. São Paulo, Cortez/UNICAMP.
- ARAÚJO, M., 1968. O psicodiagnóstico de Rorschach em seleção de pessoal. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 20(4): 121-125.
- ARRUDA, E., 1959. Preferência e animadversão por certas tarefas e Higiene Mental. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 11(2): 61-71.
- AUGRAS, Monique, 1971. Estudos de segmento: controle dos resultados obtidos na orientação profissional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 23(1): 7-

25.

- BADARÓ MATTOS, Marcelo. Classes sociais e luta de classes: atualidade dos conceitos. [http://www.nodo50.org/cubasi gloXXI/congreso06/conf3\\_badaro.pdf](http://www.nodo50.org/cubasi gloXXI/congreso06/conf3_badaro.pdf).
- BAEZ SAMPAIO, H., 1962. A Psicologia Industrial dentro da Administração de Empresas no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 14(3): 15-19.
- BATITUCCI, M. D., 1978. Psicologia Organizacional: uma saída para uma profissão em crise. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 30(1-2): 137-156.
- BAUMGARTEN, F., 1953. A inadaptação social na vida profissional. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 5(1): 47-60.
- BELTRÃO, J. P., 1979. Mulheres da castanha: um estudo sobre trabalho e corpo. Brasília: UnB (mimeo).
- BERGAMINI, C. W., 1972. Funções do psicólogo na empresa moderna. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 24(3): 15-20.
- BERGAMINI, C. W., 1987. *Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional*. São Paulo: Atlas.
- BOCK, Ana M. B. ; GONÇALVES, Maria Graça M. e FURTADO, Odair (orgs.), 2002. *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez.
- BOCK, Ana M. B. e GONÇALVES, Maria Graça M. (orgs.), 2009. *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.
- BOITO JR., Armando, 2003. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica Marxista*, 17: 10-36.
- BONFIM, A., 1953. Relações Humanas e Produtividade. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 5(4): 83-92.
- BONFIM, A., 1958. O fator humano na produção. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 10(1/2): 121-126.
- BORGES, L. H., 1995. *Trabalho em processos repetitivos: sociabilidade, sofrimento psíquico e Lesões por Esforços Repetitivos (L.E.R.)*. Projeto de tese de doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Psiquiatria, UFRJ.
- BORSOI, Isabel Cristina Ferreira, 2007. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. *Psicologia & Sociedade*, 19 (1): 103-111.
- CALDAS, Mirandolino, 1932. A euphrenia-ciencia da bôa cerebração. *ABHM*, V(2): 29-40.
- CAMARGO, Oswaldo., 1941. A incidência das doenças mentais no magistério. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, XII (1): 50-32.
- CAMPOS, F., 1969. Testes psicológicos na seleção para formação profissional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*. 21(3): 33-52.
- CAMPOS, F., 1978a. O fator humano e os acidentes de trânsito (1ª parte). *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 30(3): 3-24.
- CAMPOS, F., 1978b. O fator humano e os acidentes de trânsito. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 30(4): 99-118.

- CANGUILHEM, Georges, 1990. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CARACIKI, L., 1972. Aspectos psicológicos da organização empresarial. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 24(3): 21-26.
- CARLEIAL, L. & VALLE, R. (orgs.), 1997. *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: HUCITEC.
- CARVALHAES, J., 1960. Alguns fatores psicológicos da Produtividade. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 12(1): 77-82.
- CARVALHO, Alberto Mibieli de, 1974. Técnicas de investigação de acidentes de trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 26(4): 103-106.
- CARVALHO, Alberto Mibieli de, 1975. Papel da ergonomia na prevenção de acidentes. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 27(1): 198-201.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de, 1997. *O elemento psíquico no trabalho humano: a Liga Brasileira de Higiene Mental e o processo de produção discursiva do campo Trabalho e Higiene Mental no Brasil entre 1925 e 1934*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, CNPq.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de, 1999a. Trabalho e Higiene Mental: processo de produção discursiva do campo no Brasil. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, VI(1): 133-156.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de, 1999b. *Saúde Mental e Trabalho na atual conjuntura político-econômica*. Projeto de pesquisa, DENSP / ENSP / FIOCRUZ / FAPERJ, mimeo.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de & SANTOS, Elizabeth Moreira dos, 2003. A Psicologia Industrial e Organizacional: um exemplo de sofisticação discursiva. Em: *Clio-Psyché: Paradigmas: Historiografia, Psicologia, Subjetividades* (Ana Maria Jacó-Vilela, Antônio Carlos Cerezo e Heliana de Barros Conde RODRIGUES, orgs.), Rio de Janeiro, Relume Dumará/FAPERJ, pg. 381-395.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de, 2010. Higiene mental, eugenia e “elemento psíquico” no trabalho humano: texto e contexto. *Mnemosine*, Vol. 6, No 2.
- CARVALHO GOMES, E., 1958. O exame de personalidade na seleção e orientação profissional. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 10(4): 55-58.
- CAVALCANTI, L. 1944. Higiene Mental do trabalho. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, XV (1): 38-42.
- CODO, Wanderley; SAMPAIO, J.J.C.; HITOMI, A.H. 1993. *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes.
- COSTA, Ana Maria da, 2006. *O apostolado positivista e o castilhismo na construção do Direito do Trabalho no Brasil*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica/PUC, Rio Grande do Sul.
- COSTA, Jurandir Freire, 1976. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Documentário.

- DANNEMANN, R. N. 1968. Treinamento com instrumentos de produtividade. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 20(3): 61-72.
- DEJOURS, Christophe, 1992. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- DEJOURS, Christophe, 1994a. A carga psíquica do trabalho. Em: *Psicodinâmica do Trabalho* (M.I.S. Betiol, org.), São Paulo: Atlas.
- DEJOURS, Christophe, 1994b. Trabalho e Saúde Mental: da pesquisa à ação. Em: *Psicodinâmica do Trabalho* (M.I.S. Betiol, org.), São Paulo: Atlas.
- DEJOURS, Christophe, 1997. *O fator humano*. Rio de Janeiro: FGV.
- DEJOURS, Christophe & ABDOUCHELI, E., 1994. Itinerário teórico em Psicopatologia do Trabalho. Em: *Psicodinâmica do Trabalho*. (M.I.S. Betiol, org.), pp.119-140, São Paulo: Atlas.
- DELEUZE, Gilles, 1992. *Conversações*. Rio de Janeiro, Ed. 34.
- DELGADO, Pedro Gabriel, 1983. Mal-Estar na Indústria: Contribuição ao Estudo das Relações entre Saúde Mental e Condições de Trabalho. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Psiquiatria ( IPUB / UFRJ).
- DUARTE, Luis Fernando DIAS, 1982. Doença dos nervos: um estudo de representações e visões de mundo de um grupo de trabalhadores. Em: RODRIGUES et al. *Trabalho e cultura no Brasil*. Brasília, ANPOCS/CNPq.
- DUARTE, Luis Fernando DIAS, 1986. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ENGELS, Friederich, 2004. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. Em: *A Dialética do trabalho* (Ricardo Antunes, org.). São Paulo: Expressão Popular.
- ESBERARD, Charles, 1975. O homem que trabalha. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 27(1): 223-228.
- FLEISHMAN, E. A., 1975. Relação entre aptidões, desempenho humano e aprendizagem. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 27(3): 3-24.
- FONTENELLE, J.P., 1925. Higiene Mental e Educação. *ABHM*, I(2):1-10.
- FOUCAULT, Michel, 1987. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, Michel, 1996. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- FRANCHI, L., 1957. O teste de Koch e seu emprêgo na Orientação e Seleção Profissional. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 9(1/2/3): 139-156.
- FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith, 2010. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Rev. bras. Saúde ocup.*, São Paulo, 35 (122): 229-248.
- FREITAS, E., 1969. O nível de aspiração no ajustamento profissional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 21(3).
- GALPER, R., 1978. A atmosfera de grupo em treinamento comportamental. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 30(1-2): 130-133.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.
- GRISCI, C. L. I., 1999. Trabalho, tempo e subjetividade: impactos da reestruturação produtiva e o papel da psicologia nas organizações. *Psicologia: ciência e profissão*, 19(1): 02-13.
- GUATTARI, Felix & ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- GUEIROS SOUZA, M. C., 1980. “Doença dos nervos” como estratégia de sobrevivência. Recife, mimeo.
- HESKETH, J. L., 1979. Um modelo de desenvolvimento interpessoal. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 31(1): 121-133.
- HESKETH, J. L., 1977a. Motivação e clima organizacional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 29(3): 83-98.
- HESKETH, J. L., 1977b. Desenvolvimento organizacional: definições, objetivos e premissas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 29(4): 31-46.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Cia das Letras. 1995.
- IANNI, O., 1997. Nação e globalização. Em: *Fim de século e globalização* (Milton Santos e cols, org.), São Paulo: Hucitec.
- ISOP, 1975. A ergonomia no mundo e no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 27(1).
- ISOP, 1978. Sumário de atividades de 1967/1977. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 30(1-2): 307-336.
- JARDIM, S., 1994. *Processo de trabalho e sofrimento psíquico: o caso dos pilotos do Metrô carioca*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Psiquiatria, UFRJ.
- JUNIOR, Eduardo e FERTIG, André. A oposição federalista na Assembleia dos Representantes: análise de algumas lideranças políticas. *Revista Historiador*, vol. 2, nº 2, 2009 (<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/doi/eduardo.pdf>, acessado em 20/08/10).
- JUNQUEIRA, D. B., 1957. A psicotécnica bancária. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 3(4): 87-94.
- KUHN, T. S., 1994. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- LANE, Sílvia T. M., 1981. *O que é psicologia social?* São Paulo, Brasiliense.
- LANE, Sílvia T. M. e SAWAIA, Bader B. (orgs.), 1995. *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo, EDUC/Brasiliense.
- LEITE LOPES, J. S., 1978. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LEME LOPES, Maria Brasília, 1932a. A atenção concentrada explorada pelo test de cancellamento. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, V(2):41-63.
- LEME LOPES, Maria Brasília, 1932b. Resenha de “Alguns capitulos da

- technopsychologia do trabalho industrial”. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, V(2):177-178.
- LEME LOPES, Maria Brasília, 1933. Resenha de “Ensaio de aplicação de dois testes de sensibilidade tátil”. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, VI(1):49-50.
- LIMA FILHO, Oswaldo, 1944. Seleção de pessoal para o tráfego telefônico. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, V(1):32-37.
- LIPP, M. E. N. (org.), 1996. *Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco*. Campinas: Papirus.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Rio de Janeiro operário: natureza do estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe: 1930-1970. Rio de Janeiro, Access, 1992.
- LOURENÇO FILHO, M. B., 1971a. Orientação em um país latino-americano em rápida industrialização: Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 23(3): 63-78.
- LOURENÇO FILHO, M. B., 1971b. Orientação e seleção profissional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 23(3): 41-53.
- LOURENÇO FILHO, M. B., 1969. Editorial. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 21(2): 5-8.
- LOPES, C. A., 1944. Introdução ao estudo da Higiene Mental. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, XV (1): 69-71.
- LOPES, Ernani, 1930. Resenha de “A higiene mental do operário”. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, III:7, pp. 257-258.
- LOPES, Ernani, 1931. Resenha de “Prevenção dos acidentes pela seleção dos operários”. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, IV(2): 150-151.
- LUKÁCS, Gyorgy. *História e consciência de classe*, 2003. São Paulo: Martins Fontes.
- LUKÁCS, Gyorgy, 2010. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo.
- MALUF, U. M. M., 1978. Aspectos etológicos e informacionais em ergonomia: contribuição para a psicologia do trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 30(1-2): 134-137.
- MARX, Karl, 1968. *O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. Livro I, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARX, Karl, 2010. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, 1996. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec.
- MAYO, Elton, 1959. *Problemas humanos de una civilizacion industrial*. Genebra: Galatea/Nueva Vision.
- MELLO RIBEIRO, E., 1965. Orientação e seleção profissionais em face da Higiene Mental. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 17(4): 89-94.
- MENDES, Rene & DIAS, Elizabeth Costa, 1991. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Rev. Saúde públ.*, S. Paulo, 25(5): 341-349.
- MÉSZÁROS, István, 2003. *O século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo:

Boitempo.

- MIRA Y LÓPEZ, E., 1963. Ruído e produtividade. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 15(1): 67-68.
- NEVES, M. Y., 1995. Processo de trabalho docente e sofrimento psíquico. *Cadernos IPUB*, 2: 64-70.
- OFFE, Claus, 1989. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- ORGANISTA, José Henrique Carvalho, 2006. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo, Expressão Popular.
- PALÁCIOS, M., 1995. A saúde mental de quem trabalha em Saúde: o caso de um Hospital Geral do Rio de Janeiro. *Cadernos do IPUB*, 2: 39-50.
- PAPARELLI, Renata; SATO, Leny; OLIVEIRA, Fábio de, 2011. A Saúde Mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde. *Rev. bras. Saúde ocup.*, São Paulo, 36 (123): 118-127.
- PATERNOSTRO, J., 1944. A incidência dos distúrbios mentais dos ferroviários. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, XV (1): 43-54.
- PENAFIEL, Carlos, 1925. O elemento psychico no trabalho humano: a Liga Brasileira de Hygiene Mental e os novos horizontes da Hygiene Publica. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, I (2): 11-24.
- PITTA, Ana, 1994. *Hospital: dor e morte como ofício*. São Paulo: HUCITEC.
- REGO, Marisa P. C. M. A., 1993. *Trabalho hospitalar e Saúde Mental: o caso de um hospital geral e público no município do Rio de Janeiro*. Tese de mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- REIS, José R.F., 1994. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “Regeneração Nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Tese de mestrado, São Paulo: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Univ. Estadual de Campinas.
- RODRIGUES, Heliana Barros Conde, 1997. Compreensão e crítica da Psicologia do Trabalho: relatos e recortes sobre formação em Saúde Mental do Trabalhador. Em: SILVA Filho, J. F. & JARDIM, S. R. (orgs.), *A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico*. Rio de Janeiro: Te Corá, pp. 335-342.
- RODRIGUES, J., 1968. O psicodiagnóstico de Rorschach em Seleção de pessoal. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 20(4): 121-125.
- SABOURIN, Eric, 2007. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? *Sociedade e Estado*, 22(3): 715-751.
- SANTOS, Adenilson Mendes dos, 2009. *A política trabalhista como proposta conciliadora dos conflitos entre trabalho e capital (1930-1945)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.
- SANTOS, Elizabeth Moreira, 1985. *Frutos anônimos da exploração: o caso dos acidentes e intoxicações dos trabalhadores do abacaxi em Sapé-Paraíba*. Dissertação de mestrado, ENSP/FIOCRUZ.

- SANTOS, Elizabeth Moreira & CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de, 2000. Crônicas da vida mais contrariada: sofrimento psíquico, HIV/aids e trabalho em saúde. *Cadernos de Saúde Coletiva*, 7 (2): 147-172.
- SANTOS, Milton, 1997. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. Em: *Fim de século e globalização* (Milton SANTOS e cols., org.), São Paulo: HUCITEC.
- SANTOS, Theotonio dos, 2000. *A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- SÁ PIRES, 1944. Psiconeurose, moléstia profissional do bancário. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, XV (1): 55-61.
- SATO, Leni, 1991. *Abordagem Psicossocial do Trabalho Penoso: estudo de caso de motoristas de ônibus urbano*. Dissertação de mestrado, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, PUC.
- SAWAIA, Bader B., 1995. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. Em *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo, EDUC/Brasiliense, pp. 157-168.
- SELIGMANN-SILVA, Edith *et al*, 2010. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. *Rev. bras. Saúde ocup.*, São Paulo, 35 (122): 187-191.
- SELIGMANN-SILVA, Edith, 1994a. *Desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo: UFRJ/Cortez.
- SELIGMANN-SILVA, Edith, 1994b. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho: marcos de um percurso. Em: *Psicodinâmica do Trabalho* (M.I.S. Betiol, org.), pp. 13-29, São Paulo: Atlas.
- SELIGMANN-SILVA, Edith, 1990. Saúde Mental e Trabalho. Em: *Cidadania e Loucura* (P.D. de C. Amarante & B. Bezerra Jr., org.), pp. 217-288, Petrópolis: Vozes.
- SEMINÉRIO, Franco Lo Presti, 1972. Editorial. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 24(1): 3-5.
- SEMINÉRIO, Franco Lo Presti, 1976. A ergonomia no contexto social e tecnológico contemporâneo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 28(4): 3-15.
- SEMINÉRIO, Franco Lo Presti, 1979. Editorial. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 31(1): 3-5.
- SILVA, Claudia Osorio, 1994. *Curar adoecendo: um estudo do processo de trabalho hospitalar*. Tese de mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- SILVA, M. G. R.; Fraga, S. F.; Filho, J. F. S., 1995. Informatização, trabalho bancário e saúde mental. *Cadernos IPUB*, 1(2): 1-17.
- SILVEIRA PONTUAL, J., 1952. A assistência psicotécnica à empresa. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 4(3): 7-44.
- SOUZA, A. L. de, 1992. Saúde mental e trabalho: dois enfoques. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 75(20): 65-71.

- STEPHANEK, P., 1979. Componentes perceptivos-motores nos estudos ergonômicos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 31(1): 7-20
- STEPHANEK, P., 1971. Efeito da incerteza no tratamento da informação pelo sujeito humano. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 23(1): 27-38.
- STOPA, R. F. & JORGE, N. V. B., 1978. Pesquisa sobre traços do PMK e avaliação de desempenho de maquinistas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 30(1-2): 87-96.
- SUCHANEK, R. F. E., 1954. Fadiga: meios de influenciar o processo normal de fadiga. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 6(1): 81-86.
- TRACTENBERG, L., 1999. A complexidade nas organizações: futuros desafios para o psicólogo frente à reestruturação competitiva. *Psicologia: ciência e profissão*, 19(1): 14-29.
- UNB/CESPE, 2000. Petrobrás: processo seletivo público – editais SEREC 1 a 5/2000. Cargo: psicólogo I.
- URETA, L. H. H., 1975. Análise ergonômica de um sistema homem-máquina. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 27(1): 143-147.
- WALLERSTEIN, Immanuel, 2001. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- WEIL, P., 1953. O estudo psicológico das profissões comerciais. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 5(3): 17-32.
- WEIL, P., 1972. Evolução da psicologia industrial e organizacional no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 24(3): 7-13.
- WINICKI, F., 1968. A seleção como processo de ajustamento do homem ao trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 20(4): 109-120.

Alexandre Magno Teixeira de Carvalho, professor adjunto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, CCBS, IB, Departamento de Saúde Coletiva. Coordenador do grupo de pesquisa "Ciências Humanas, Saúde e Sociedade" (CNPq). E-mail: [alexandrekarvalho@unirio.br](mailto:alexandrekarvalho@unirio.br); [professoralexandre63@gmail.com](mailto:professoralexandre63@gmail.com)

---

<sup>1</sup> Este artigo é produto da linha de pesquisa "Saúde Pública no Brasil: estudos de história, política e epistemologia", do grupo de pesquisa "Ciências Humanas, Saúde e Sociedade" ([CNPq] UNIRIO / CCBS / IB / Departamento de Saúde Coletiva). Representa um esforço de síntese de um trabalho de pesquisa que teve seu início no ano de 1995. O trabalho de análise referente ao período 1925-1934 foi em grande parte realizado durante a pesquisa de mestrado no Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH/ENSP/Fiocruz, bolsa CNPq), entre 1995 e 1997. Para esta publicação, foi revisto e modificado (e bastante resumido). Algumas passagens da parte sobre Psicologia Industrial e Organizacional, embora também tenham sido alvo de revisão e modificação, estão publicadas em CARVALHO & SANTOS (2003) e resultam dos projetos "Saúde Mental e Trabalho: formação discursiva do campo no Brasil" (1997-1999) e "Saúde Mental e Trabalho na atual conjuntura político-econômica" (1999-2001), ambos realizados na ENSP/FIOCRUZ (pesquisador-visitante, bolsa FAPERJ).

<sup>2</sup> Se este trabalho contribuir, minimamente que seja, para a construção de políticas públicas de interesse da classe trabalhadora e para a organização de movimentos sociais, alcançará objetivos cruciais.

<sup>3</sup> Para se obter essa perspectiva, mormente no espaço de um artigo e considerando-se a grande extensão do período, é inevitável perder-se um pouco da visão de detalhe.

<sup>4</sup> Está presumida, pois, a distinção entre trabalho concreto (aquele que produz valor de uso, valor social e por meio do qual é possível ao ser humano se realizar) e trabalho assalariado (forma histórica, capitalista, relação social que produz mais valia e alienação/estranhamento).

<sup>5</sup> Não é possível, nos limites deste trabalho, abordar em profundidade o referido debate. As referências citadas indicam o caminho (*métodos*) tomado pelo autor e ajudam o leitor a entrar no assunto

<sup>6</sup> “O extermínio da humanidade é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital” (MÉSZÁROS, 2003: 109).

<sup>7</sup> Dados do Ministério da Justiça de 2011 indicam que 73,6% das mortes entre jovens são provocadas por causas externas (homicídios, acidentes ou suicídio).

<sup>8</sup> No início do primeiro governo Lula, o ministro do Trabalho, Jacques Wagner, do PT, chamava alguns direitos dos trabalhadores de "privilégios" e defendia o fim da multa de 40% sobre o saldo do FGTS com base na tese da "maior empregabilidade" e no argumento moral do aumento da responsabilidade dos trabalhadores, que estariam se "aproveitando" do benefício para "forçar demissões". O governo federal defendia uma Reforma Trabalhista "profunda" que favorecesse a "livre negociação", jogando no vazio o problema da garantia de direitos em contexto de desemprego estrutural. Some-se a isso a ampla divulgação dos relatórios do Ministério da Fazenda que consideravam aqueles que ganhavam acima de R\$ 856,00 como "os 10% mais ricos da população", que não necessitavam de medidas de proteção do Estado. Havia uma Reforma Tributária no forno e o presidente da Federação da Indústria e do Comércio de São Paulo comentava na mídia que o único problema seria a queda no consumo, "pois as empresas não pagam impostos: repassam-nos para o consumidor". Uma reforma trabalhista extensa não chegou a ocorrer, mas direitos vêm sendo quebrados "pelas beiradas" e as empresas e o setor financeiro gozam de cada vez mais prestígio no interior do governo. Vide, por exemplo, o problema dos trabalhadores rurais fumicultores e a criação, por decreto, logo no início do governo Dilma, da Câmara de Gestão, Desenvolvimento e Competitividade. Para Afonso (2011), "mesmo que reconheçamos os entraves impostos pelo Poder Judiciário para impedir a desapropriação de muitos imóveis e as investidas da bancada ruralista por meio das Comissões Parlamentar Mista de Inquéritos (CPMIs) visando impedir a organização dos trabalhadores rurais, isso não explica o resultado pífio do governo em relação à reforma agrária. Os camponeses sem terra, os agricultores familiares, os povos indígenas e as comunidades quilombolas não foram incluídos nas várias políticas positivas do governo Lula, responsáveis por sua alta popularidade. Mais uma vez ficaram excluídos. Lula ficou devendo".

<sup>9</sup> Alienista, foi membro titular do Conselho Executivo e da “Secção de Serviços Sociais e Legislação” da “Liga Brasileira de Higiene Mental” e professor catedrático de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Na Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul, no final da década de 1910, Penafiel pertencia à vertente gaúcha do positivismo político, considerada autoritária e conservadora (COSTA, 2006; JUNIOR E FERTIG, 2009). Na Câmara dos Deputados (1921-1923), segundo Santos (2009), Carlos Penafiel fazia parte do bloco de deputados gaúchos que reagiam à regulamentação do trabalho pelo Estado e "defendiam a inconstitucionalidade de uma legislação trabalhista". Para eles, a nossa indústria ainda era incipiente e não tinha condições de absorver uma legislação social. Uma legislação trabalhista, "ao contrário de promover a paz e a ordem, poderia causar mais conflitos, já que os trabalhadores teriam em seu favor um conjunto de leis garantindo seus direitos" (SANTOS, 2009: 27-28).

<sup>10</sup> Guattari & Rolnik argumentam que existe um processo de produção de subjetividade a serviço do capital. Esse processo visaria, em última análise, a produção de “indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão” (GUATTARI & ROLNIK, 1986: 16).

<sup>11</sup> Segundo Lobo (1992), o movimento operário, nas décadas anteriores, tendia a convergir para movimentos grevistas de caráter geral, ao passo que, a partir de o final da década de 1920, tendeu "a se fragmentar em movimentos localizados, por empresas".

<sup>12</sup> Júlio Paternostro era assistente de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina e Cirurgia, psiquiatra da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Leopoldina Railway e também membro do conselho executivo da Liga.

<sup>13</sup> Publicado inicialmente em Londres, no *The year book of education*, em 1955.

<sup>14</sup> Foi quando surgiu um Conselho Editorial em substituição ao antigo Corpo Redatorial e a revista passou a contar com 17 áreas temáticas.

<sup>15</sup> Vale a pena conferir o texto de Charles Esberard (tradutor do clássico *Tratado de Fisiologia Médica* de Guyton – leitura obrigatória em todos os cursos de medicina) nos Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada de 1975: “O homem que trabalha”.

<sup>16</sup> Publicado pela primeira vez em 1933, complementando concepções que vinham sendo desenvolvidas pelo taylorismo e pelo fordismo.

<sup>17</sup> Há, em alguns textos, referências à "Higiene Mental" e à "Higiene Mental do Trabalho".

<sup>18</sup> Em 1969, Lourenço Filho ocupava o cargo de Diretor dos Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada.

<sup>19</sup> De 1968 a 1973, o Brasil viveu um período denominado "milagre econômico", cuja taxa média de crescimento anual do PIB girava em torno de 10%. Esse intenso crescimento econômico se deu, contraditoriamente, acompanhado de uma violenta concentração de renda. Hobsbawn (1995: 555) se referiu ao Brasil da época como "um monumento à negligência social". O "milagre econômico" coincidiu com os chamados "anos de chumbo", período considerado o mais duro do governo militar (GASPARI, 2002).

<sup>20</sup> Notável é também a exceção de Alberto Mibieli de CARVALHO (1974; 1975). Ao pensar a prevenção de acidente de trabalho, propõe o rompimento com as noções de “responsabilidade” e “culpabilidade” que sobrecarregavam o trabalhador e se preocupa com organização/processo de trabalho. Caminhando na contra-mão das teses de inspiração neopositivista – dominantes na época, segundo SEMINÉRIO (1972) –, valoriza a análise econômica e sociológica, propondo-se inclusive a discutir a relação entre política econômica e acidentes de trabalho.

<sup>21</sup> Em 1975, um número inteiro foi dedicado ao I Seminário Brasileiro de Ergonomia, promovido pelo ISOP e pela Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ISOP, 1975).

<sup>22</sup> No Centro de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada do ISOP havia, em 1975, um curso de aperfeiçoamento em Desenvolvimento Organizacional e um de especialização em Ergonomia. Em 1976, foi criado um curso de especialização em Desenvolvimento de Recursos Humanos, que ampliava a curso de aperfeiçoamento (que, por sua vez, continuava a existir). Em 1976, a disciplina “Psicologia da organização”, que era eletiva para o mestrado em Psicologia, passa a se denominar “Psicologia Organizacional” e ganha o *status* de disciplina obrigatória da área de concentração de Psicologia Social do doutorado em Psicologia (ISOP, 1978).

<sup>23</sup> Contraditória também porque, ao mesmo tempo em que prega a “cooperação” visando as metas organizacionais, a cultura organizacional promove sem cessar a competição interna como forma de sobrevivência no interior das empresas.

<sup>24</sup> Aliás, a utilização indiscriminada da teoria do estresse no âmbito das relações entre psiquismo e trabalho transformou o conceito de estresse em uma espécie de “super conceito” que justificava, de forma reducionista, todo o sofrimento humano no mundo do trabalho (SOUZA, 1992; LIPP, 1996; CARVALHO E SANTOS, 2003; BORSOI, 2007).

<sup>25</sup> Em 2010, a autora emprega a expressão "campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho" (SELIGMANN-SILVA *et al*, 2010). Como nosso período vai de 1925 a 1995, fica como nota.

<sup>26</sup> A partir do início do século XXI, essa expressão vai aparecer com mais frequência.

<sup>27</sup> *Travail: usure mental*, lançado na França em 1980, foi publicado no Brasil no final da década sob o título *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (DEJOURS, 1992). *Psicodinâmica do Trabalho*, por sua vez, foi publicado no Brasil em 1994.

<sup>28</sup> Este último, uma vez inserido na perspectiva psicopatológica, ressupõe, dialeticamente, o contraponto desviante/patológico (CANGUILHEM, 1990).

<sup>29</sup> Os trabalhos de Franco, Druck, Seligmann-Silva (2010) e de Paparelli, Sato, Oliveira (2011) são exemplos de trabalhos atuais que tentam enfrentar o problema.

<sup>30</sup> Surgia também nesse período um novo líder sindical: Luís Inácio Lula da Silva, que depois de três candidaturas (1989, 1994 e 1998) viria a ser eleito presidente em 2002 e reeleito em 2006 [2003-2010]. Os rumos que Lula, CUT e PT tomaram no século XXI, após a eleição de Lula, não são objeto deste artigo.

<sup>31</sup> Obviamente, o referencial materialista-dialético é a grande interseção teórico-metodológica e ideológica entre a denominada 'psicologia sócio-histórica' e a SM do T. Nesses estudos, Marx, Engels,

Lukács e Mészáros são literatura de base, enquanto Vigotski, Leontiev, Heller e Wallon são mais presentes nos textos de psicologia sócio-histórica.